

TERMOS DE USO E CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SaaS

Plataforma Transparência Social – Versão V3.0 – Outubro/2025

PARTES

Operadora/Fornecedor: Aiotec Informática do Brasil Ltda – EPP, empresa de tecnologia da informação, inscrita no CNPJ nº 58.389.947/0001-16, com sede na Rua Aparecida, nº 563, Jardim Santa Rosália, CEP 18095-000, Sorocaba/SP, Inscrição Estadual nº 151.850.935.119, Inscrição Municipal nº 439.169, telefone (15) 3358-5177, e-mail aiotec@aiotec.com.br, doravante denominada **AIOTEC INFORMÁTICA** ou simplesmente **OPERADORA**.

Plataforma Transparência Social: sistema online mantido e operado tecnicamente pela AIOTEC INFORMÁTICA, acessível em <https://transparenciasocial.com.br>, destinado à publicação e gestão de informações institucionais, legais e de interesse público de Organizações Não Governamentais (ONGs).

Cliente/Controlador: a Organização Não Governamental (ONG) cadastrada e representada por seus usuários com login na Plataforma, doravante denominada **CLIENTE** ou **CONTROLADOR**.

Visitante: qualquer pessoa que acesse o site <https://www.google.com/search?q=transparenciasocial.com.br> sem se autenticar.

Abrangência: este instrumento aplica-se a:

- (i) Visitantes Anônimos (uso e navegação); e
- (ii) Clientes Pagantes (ONGs, por meio de usuários autenticados).

O aceite eletrônico via *pop-up* após o login formaliza este instrumento como contrato entre a AIOTEC INFORMÁTICA e o CLIENTE. O acesso ou a utilização da plataforma representa a aceitação expressa, consciente e irrestrita de todos os termos a seguir.

CAPÍTULO I – OBJETO E SERVIÇOS

Objeto. A Plataforma Transparência Social, mantida e operada pela AIOTEC INFORMÁTICA, oferece infraestrutura tecnológica, hospedagem e suporte técnico para que ONGs publiquem e disponibilizem informações institucionais, legais e de interesse público.

Fontes de informação. O Transparência Social utiliza bases públicas e integra dados provenientes de cadastros de Conselhos, órgãos estaduais e federais, e outras fontes acessíveis ao público, nos termos da legislação vigente.

Finalidades lícitas. O Visitante e o Cliente poderão usar este site apenas para finalidades lícitas. É vedada a publicação, envio, distribuição ou divulgação de conteúdos de caráter difamatório, obsceno ou ilícito.

Proteção de endereços sensíveis. O portal se compromete a não divulgar endereços e localizações de abrigos, orfanatos e outras instituições cujo sigilo seja necessário por razões legais ou de segurança. Caso uma entidade deseje ocultar informações, poderá solicitar a remoção via contato@transparenciasocial.com.br.

CAPÍTULO II – CONDIÇÕES DE SERVIÇO, COBRANÇA E VIGÊNCIA

Acesso gratuito (visitante). A navegação pública é gratuita.

Acesso pago (cliente). A área administrativa é exclusiva para ONGs cadastradas e condicionada ao pagamento da taxa de manutenção mensal de R\$ 50,00 (cinquenta reais), destinada à infraestrutura, hospedagem e suporte técnico.

Aceite contratual. O acesso à área autenticada está condicionado ao aceite eletrônico deste Termo. O registro eletrônico (data/hora, IP, ONG, usuário e versão) constitui prova contratual.

Vigência e cancelamento. Contrato por prazo indeterminado, rescindível mediante aviso prévio. O cancelamento da taxa implica encerramento do acesso e exclusão posterior conforme LGPD.

Alterações. A Operadora pode modificar condições, funcionalidades e preços, publicando nova versão e, se necessário, solicitando novo aceite.

Descontinuidade. A Operadora pode limitar, suspender ou cancelar o acesso em caso de violação contratual, inadimplência, ordem legal ou manutenção.

SLA. Não há garantia de *uptime* específico; eventuais indisponibilidades não geram indenização.

CAPÍTULO III – PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD/DPA)

Papéis (LGPD).

a) O CLIENTE é o CONTROLADOR dos dados pessoais inseridos.

b) A AIOTEC INFORMÁTICA é a OPERADORA, responsável pela hospedagem, armazenamento e suporte técnico, sob as instruções do Controlador.

Instruções documentadas. O tratamento ocorre conforme as finalidades de transparência definidas pelo CLIENTE, sendo reconhecido como instrução documentada do Controlador.

Segurança. O site adota criptografia HTTPS/SSL, servidores protegidos e práticas razoáveis de segurança.

Responsabilidade do CLIENTE. O CLIENTE é o único responsável pelo conteúdo publicado e por garantir base legal, anonimização e conformidade com a LGPD.

Backups. O CLIENTE deve manter cópias próprias de todos os documentos e informações enviados, não havendo obrigação de *backup* pela Operadora.

Suboperadores. A Operadora pode utilizar provedores de infraestrutura com padrões equivalentes de segurança.

Direitos dos titulares. Solicitações de titulares devem ser feitas ao CLIENTE; a Operadora apenas apoia tecnicamente quando solicitado.

3.X – Canais de Comunicação com o Encarregado de Dados (DPO)

O Encarregado de Dados (DPO) da Plataforma Transparência Social é o Sr. Altieres Batista de Oliveira.

Para o exercício dos direitos dos titulares de dados e para qualquer comunicação sobre proteção de dados, os canais oficiais de contato são:

E-mail: aiotecsorocaba@gmail.com

WhatsApp/Telefone: (15) 3358-5177

Esses canais devem ser utilizados exclusivamente para comunicações relacionadas à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018), garantindo sigilo e registro adequado de cada solicitação.

3.Y – Coleta de Dados de Navegação e Cookies

A Plataforma, <https://transparenciasocial.com.br> utiliza tecnologias de rastreamento (cookies e pixels, incluindo Google Analytics e Meta Pixel) para fins de análise de tráfego e melhoria de experiência.

O tratamento de dados de navegação (como endereço IP) é realizado mediante o Consentimento Expresso do Titular, obtido pelo mecanismo de aceitação de cookies, em conformidade com o Art. 7º, I, da LGPD.

O Titular pode a qualquer momento gerenciar ou revogar consentimento em seu navegador ou nos controles de cookies do site.

Reconhecimento como DPA. As partes reconhecem que este documento também constitui Aditivo de Processamento de Dados (DPA) para fins da LGPD (Lei 13.709/2018).

CAPÍTULO IV – LIMITAÇÕES, INDENIZAÇÕES E ISENÇÕES

Erros e falhas. Os documentos e gráficos do site podem conter erros ou imprecisões.

Limitação do serviço. A Operadora não garante a precisão ou atualização contínua das informações inseridas.

Indisponibilidade. Em hipótese alguma a Operadora responderá por danos diretos ou indiretos decorrentes de falhas, caso fortuito ou força maior.

IV.X – Limitação Máxima de Indenização (Financeira)

A responsabilidade total e máxima da AIOTEC INFORMÁTICA é limitada ao valor total das taxas de manutenção pagas pelo CLIENTE nos últimos 12 meses de vigência.

Considerando o valor atual, a responsabilidade máxima total por CLIENTE é de R\$ 600,00 (seiscentos reais).

Fica expressamente excluída qualquer responsabilidade por valores que excedam este limite.

CAPÍTULO V – CONTEÚDO DE TERCEIROS, LINKS E MONITORAMENTO

Conteúdo de terceiros. O Transparência Social não se responsabiliza por informações de autoria das entidades cadastradas.

Moderação. A Operadora poderá revisar ou remover conteúdos denunciados, mas não é obrigada a monitorar ativamente o material publicado.

Links externos. Sites apontados não estão sob controle da Operadora. O Transparência Social não endossa nem garante produtos, serviços ou conteúdos de terceiros.

Uso de marca. As marcas, domínios e logotipos “Transparência Social” e “Aiotec Informática” são de propriedade exclusiva da Operadora.

CAPÍTULO VI – DIREITOS AUTORAIS E PROPRIEDADE INTELECTUAL

Proteção legal. Todo o conteúdo, *layout*, banco de dados e tecnologia são protegidos por leis nacionais e internacionais.

Proibição de reprodução. É proibida a cópia, modificação, *download* ou redistribuição sem autorização prévia e escrita.

Autoria e imagens. As imagens exibidas destinam-se apenas à visualização e não podem ser reproduzidas.

Violação. Qualquer uso indevido sujeita o infrator às penalidades legais.

CAPÍTULO VII – RECLAMAÇÕES E VIOLAÇÃO DE DIREITOS

Reclamações. Violações de direitos autorais devem ser notificadas à Operadora com comprovação de autoria, pelo e-mail contato@transparenciasocial.com.br

Remoção imediata. O conteúdo será removido após validação e comprovação da violação.

CAPÍTULO VIII – LEIS APLICÁVEIS E JURISDIÇÃO

Localização e legislação. O site é controlado e operado a partir de Sorocaba/SP, sob as leis brasileiras.

Foro. Fica eleito o Foro da Comarca de Sorocaba/SP, com renúncia a qualquer outro.

Exportação e uso internacional. O uso em locais onde o conteúdo seja ilegal é de responsabilidade do usuário.

CAPÍTULO IX – DISPOSIÇÕES FINAIS

Esta é a Versão V3.0 – Outubro/2025, substituindo integralmente versões anteriores.

A disponibilização pública deste documento no rodapé do site <https://transparenciasocial.com.br> atende aos Visitantes, enquanto o aceite eletrônico após *login* formaliza a contratação com os Clientes Pagantes.

Caso qualquer cláusula seja declarada inválida, as demais permanecerão válidas e eficazes.

Recomenda-se a leitura periódica desta página para atualização das condições.